



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

The image is the official shield of the Federal Highway Police (PRF). It features a yellow shield with a blue border. At the top, a blue banner contains the word 'POLÍCIA' in white. In the center, there is a sunburst with a flame above it, and a blue circle with white stars. Below this, a small white box contains the year '1928'. At the bottom, a blue banner contains the words 'RODOVIÁRIA' and 'FEDERAL' in white.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**VITÓRIA
MARÇO / 2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

VITÓRIA
MARÇO / 2012



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

LOA – Lei Orçamentária Anual

MJ – Ministério da Justiça

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

PRF – Polícia Rodoviária Federal

12ª SRPRF/ES – 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Espírito Santo

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	54
II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	55
III - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	56
IV - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....	57



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	2
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS.....	3
SUMÁRIO.....	4
ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
A – CONTEÚDO GERAL.....	10
1. IDENTIFICAÇÃO.....	10
1.1. Relatório de Gestão Individual.....	10
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	11
2.1. Responsabilidades institucionais.....	11
2.1.1. Competências Institucionais.....	11
2.1.2. Objetivos estratégicos.....	12
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	12
2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico	12
2.2.2. Análise do plano de ação.....	13
2.3. Programas de Governo.....	13
2.3.1. Execução dos Programas de Governo.....	13
2.3.1.1. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias Federais.....	13
2.3.1.1.1. Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.....	16
2.3.1.1.2. Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas Federais.....	17
2.3.1.1.3. Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal.....	18
2.3.1.1.4. Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais.....	18
2.3.1.2. Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	18
2.3.1.2.1. Ação 2000 – Administração da unidade.....	19
2.3.1.3. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.....	20
2.3.1.3.1. Ação 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades ...	21
2.3.1.3.2. Ação 8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	21
2.3.1.3.3. Ação 8698 – Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação.....	22
2.3.2. Execução física das ações realizadas.....	23
2.3.2.1 Análise crítica.....	23
2.4. Desempenho orçamentário e financeiro.....	32
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa.....	32



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes.....	32
2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital.....	32
2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	32
2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	32
2.4.1.4.1. Análise crítica.....	32
2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa.....	32
2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários.....	32
2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	32
2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	32
2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	32
Análise crítica	32
2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação.....	32
2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	33
2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	33
2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	34
Análise crítica	34
2.4.3. Indicadores Institucionais.....	34
2.4.3.1. Programa 0663.....	34
2.4.3.2. Programa 1386.....	34
2.4.3.3. Programa 0750.....	34
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	35
4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	35
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	35
4.2. Análise crítica.....	35
5. RECURSOS HUMANOS.....	34
5.1. Composição do quadro de servidores ativos.....	34
5.1.1 Quadro de servidores ativos.....	34
5.1.1 Quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2011.....	35
5.1.2 Quadro de recursos humanos por escolaridade – situação apurada em 31/12/2011.....	36
5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	36
5.2.1 Quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2011.....	38
5.2.2 Quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2011.....	38



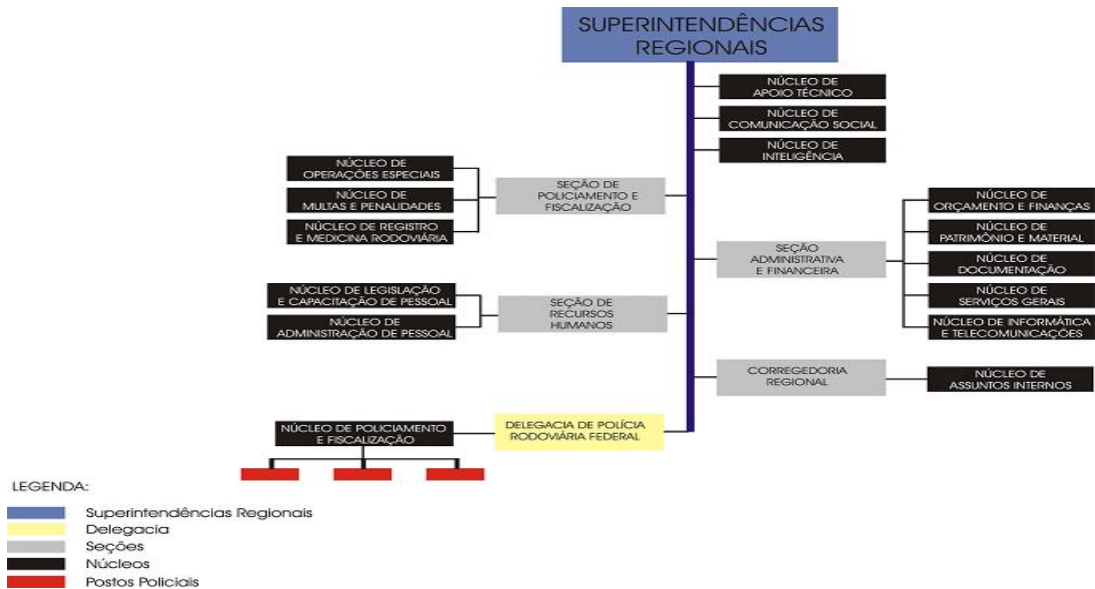
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

5.3. Composição do quadro de Estagiários.....	39
5.4. Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.....	39
5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	40
5.5.1. Contratos de prestação de serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva...	40
5.5.2. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	40
5.5.3. Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	41
5.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	42
5.6.1. Absenteísmo.....	42
5.6.2. Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.....	42
5.6.3. Rotatividade (turnover).....	42
5.6.4. Educação continuada	44
5.6.5. Satisfação e motivação.....	44
5.6.6. Disciplina.....	44
5.6.7. Desempenho funcional.....	44
5.6.8. Níveis salariais.....	44
5.6.9. Demandas trabalhistas.....	44
7. FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....	45
8. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	47
9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	48
9.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	48
9.1.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União.....	48
9.1.2. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UJ.....	48
10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	52
11. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	53
12. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	53
B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	53
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL.....	57



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

12ª SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL – ES

Superintendente

Argeu José Vieira Frittoli Rangel

CORREGEDORIA REGIONAL

Alexandre dos Santos Lopes

SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Wylis Antonio Lyra

SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Roberto Bartolini Coutinho

SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Valnir Borges da Rocha

Missão Institucional

Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

INTRODUÇÃO

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e Portaria TCU nº 277/2010, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2011.

A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, as Informações referentes aos itens 8 e 13 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, o item 1 da parte B, constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010.

Os itens 2.4.1; 2.4.2; 3.1; 6.1; 15.1; 15.2 e seus respectivos quadros, que constam do anexo II da DN TCU nº 107/2010 e da sequência numérica da Portaria TCU nº 277/2010 não foram preenchidos e nem comentados, por não se aplicarem à natureza jurídica da UJ ou por não haver nenhum registro contábil.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2011. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.

No Estado do Espírito Santo, a Polícia Rodoviária Federal atua na fiscalização e policiamento de 764,7 quilômetros de rodovias. No ano de 2011, ocorreram 7952 acidentes na circunscrição da Unidade, resultando num total de 4073 feridos e 317 mortes, que representam, em paralelo aos números do ano de 2010, aumentos da ordem de 1.59 % em relação ao quantitativo absoluto de acidentes, de 1.59% em comparação ao número absoluto de feridos e de 0.63% quando equiparado ao número absoluto de mortes.

Não obstante ao aumento considerável da frota, esses números ainda são reflexos da precária situação da malha rodoviária, considerando aspectos como projeto, infraestrutura, sinalização e conservação, agravado pela imprudência dos condutores e o insuficiente número de policiais rodoviários federais, para exercer as diversas missões atribuídas à função, já que as causas mais frequentes para a ocorrência de acidentes são o excesso de velocidade, as ultrapassagens em locais proibidos e realizadas de forma indevida, a não manutenção da distância regulamentar e a embriaguez ao volante.

Na tentativa de minorar esses números, a Polícia Rodoviária Federal conta com 204 policiais em solo espírito-santense, cujo trabalho resultou em 97558 autos de infrações, 955 CNH's



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

recolhidas e 3.625 veículos retidos, de um total de 78.617 fiscalizados. Também foram feitos 1.438 testes de alcoolemia com 44 autuações e 24 prisões.

No combate à criminalidade, podemos ressaltar a apreensão de 9.605 gramas de haxixe, 65.978 gramas de cocaína, 5.142 gramas de crack e 30.684 gramas de maconha, bem como apreensão de 39 armas, e 488 munições.

Ainda no combate a criminalidade, foram recuperados 85 veículos, detidas 1.334 pessoas por tráfico de entorpecentes, roubo ou furto de veículos e cargas, contrabando, descaminho, crimes de trânsito e ambientais e 15 menores infratores.

Com o objetivo de alcançar os resultados definidos nos programas e ações governamentais, a Unidade pretende cumprir suas atribuições com mais eficiência, buscando sempre resguardar a segurança pública, tendo como metas a redução do número de acidentes e mortes nas rodovias federais, combater a criminalidade, melhorar a sensação de segurança e contribuir para o bem estar da sociedade.

ARGEU JOSÉ VIEIRA FRITTOLI RANGEL
Superintendente Regional



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DAS UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 12ª SRPRF/ES			
Código SIORG: Não se Aplica	Código LOA: Não se Aplica		Código SIAFI: 200126
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8
Telefones/Fax de contato:	(27)3212-6900	(27)3212-6912	(27)3212-6936
E-mail: sup.es@dprf.gov.br ; saf.es@dprf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 2.214, Bento Ferreira, Vitória, Espírito Santo, CEP 29050-626.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Competência definida pela Constituição Federal (art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento interno instituído pela Portaria nº 1.375 de 02 de agosto de 2007, publicado no Diário Oficial de União nº 150 de 06 de agosto de 2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

200126	12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Espírito Santo
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
200126	12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Espírito Santo
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Não Existe	99999

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As principais realizações da gestão administrativa no exercício de 2011 estiveram voltadas para a supressão das deficiências relacionadas à fiscalização e gestão contratuais, regularização documental e adequação dos imóveis que ocupa, com o desenvolvimento das atividades decorrentes da contratação de projeto para construção da Sede da 12ªSRPRF, da continuidade da execução de obras de reforma dos postos de fiscalização, além da realização de licitações para aquisições de materiais permanentes e de consumo para funcionamento e manutenção da Unidade, buscando sempre alcançar as metas definidas nos planejamentos estratégicos e orçamentários.

Concernente à fiscalização e gestão contratuais, identificou-se que essas atividades necessitavam de especial atenção quanto à descentralização, capacitação dos servidores e padronização de procedimentos, tudo com o objetivo de dar uma correta aplicação aos recursos orçamentários, de forma que os princípios da legalidade e eficiência pudessem prevalecer nos atos praticados pela Administração da Unidade.

Não obstante aos trabalhos desenvolvidos no decorrer do exercício de 2011, é de conhecimento notório as limitações estruturais e financeiras impostas a esta Unidade pelo Governo Central.

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

A 12ª SRPRF/ES é unidade integrante da estrutura regimental do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e tem a sua competência definida pelo art.144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado de Justiça, publicada no Diário Oficial da União em 06 de agosto de 2007, bem como pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, que estipula as seguintes atribuições:

- Realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

- Exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- Aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;
- Executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- Realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- Credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;
- Assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;
- Executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;
- Efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na [Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- Colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

2.1.2) Objetivos estratégicos

Atingir ou superar a meta de redução de acidentes em rodovias federais;

Atingir ou superar a meta de redução de mortalidade em rodovias federais.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

O planejamento estratégico da Unidade Jurisdicionada está atrelado as decisões exaradas pelo Órgão Central, responsável pelas tomadas de resoluções políticas e econômicas quanto as opções de direção, atuação e mudanças de prioridades organizacionais ao longo do exercício, decorrentes de riscos e ameaças ao desempenho da estratégia de atuação.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

A principal decisão de atuação da Unidade Jurisdicionada tem sido a continuidade nos trabalhos de adequação de suas instalações físicas aos conceitos e normatizações atualizados, com a construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais, que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

Tal estratégia de atuação pode ser desenvolvida pela Unidade, pois parte dos recursos destinados a tais investimentos, a exemplo do ocorrido no exercício de 2010, foram destacados no orçamento por meio de concessões de emendas parlamentares.

Contudo, a falta de pessoal especializado nas áreas de planejamento estratégico e de atividades técnicas no quadro de servidores do DPRF, agravada pelo reduzido número de policiais e servidores administrativos, acaba por comprometer a atuação estratégica e influenciar nas decisões do Órgão Central como coordenador das decisões da Unidade.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1) Programa 0663 – Segurança Pública Rodovias Federais

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0663		Denominação: Segurança Pública nas Rodovias Federais			
Tipo do Programa:		Finalístico			
Objetivo Geral:		Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito			
Objetivos Específicos:		Ação 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal Ação 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais Ação 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal Ação 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais			
Gerente:		Giovanni di Mambro Bosco			
Responsável:		Giovanni di Mambro Bosco			
Público Alvo:		Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais			
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
0,00	0,00	1.430.154,89	1.088.973,87	311.181,02	1.088.973,87
Informações sobre os resultados alcançados					



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (Unidade)		125,77	102,90	110,67	102,90

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional.

Análise do Resultado Alcançado

Sobre o atingimento da meta estabelecida, chegou-se às seguintes conclusões:

Alguns equipamentos eletrônicos de fiscalização de velocidade e sensores de avanço de semáforo foram instalados pelo DNIT, sendo tal fato de ampla divulgação na imprensa local;

Atualização da legislação de trânsito, investimentos em treinamento e conseqüente maior fiscalização por parte dos agentes PRF's;

Melhora na sinalização de obras e vias ao longo das rodovias de responsabilidade do DNIT;

Aumento dos comandos específicos de fiscalização e direcionamento das fiscalizações para locais e causas de acidentes;

Melhora na malha viária das rodovias federais, com adequação de entroncamentos rodoviários perigosos.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (Unidade)		5,07	4,16	3,93	4,16

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional.

Análise do Resultado Alcançado

Sobre o não atingimento da meta estabelecida, chegamos as seguintes conclusões:

Houve uma melhora significativa nos índices de taxa de mortalidade em relação ao ano anterior, entretanto ainda não foi atingida a meta estipulada para a Regional.

O serviço de instalação de equipamentos eletrônicos de fiscalização de velocidade e sensores de avanço de semáforo pelo DNIT não foi concluído, faltando ainda diversos locais críticos de ocorrência de acidentes graves;

Pontos de paradas de ônibus instalados em locais impróprios;

Os acidentes graves estão dispersos, dificultando em muito a realização de uma ação mais direcionada;

Crescimento do PIB do Estado do Espírito Santo na faixa de 10% ao ano, gerando um fluxo intenso de veículos, principalmente veículos de cargas;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

<p>Crescimento exagerado da frota de motocicletas e seu conseqüente envolvimento em acidentes;</p> <p>A grande quantidade de trechos rodoviários de pista simples, com curvas perigosas e sem local adequado para ultrapassagens e com acostamento em desnível contribui, conjuntamente com o fluxo intenso de veículos em velocidade excessiva, para a ocorrência de acidentes de grandes proporções;</p> <p>Demora na conclusão das obras na região do contorno de vitória. O Local é cercado por bairros carentes, contribuindo para o alto índice de mortalidade devido a atropelamentos de pedestres e colisões com bicicletas.</p> <p>O desrespeito às normas de trânsito, em especial ao uso de álcool, falta de cinto de segurança e ultrapassagens indevidas contribui para o agravamento das conseqüências dos acidentes.</p>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	Sensação de Segurança (%)		-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra.						
Análise do Resultado Alcançado						
No exercício de 2011 não foi possível efetuar a pesquisa com os usuários de rodovias federais para mensuração do indicador.						
Fonte: SIAFI 2011						

Análise Crítica da programação orçamentária por programa de governo

As atividades deste programa são finalística, depende de operações que envolve exclusivamente a ação do Policial Rodoviário Federal. As ações são prejudicadas pela redução gradativa do efetivo a cada exercício e a indisponibilidade de recursos suficiente para atender as demandas. Entretanto, diante de esforço de todos os envolvidos no processo houve um direcionamento dos recursos e atividades para a fiscalização focada na redução de acidentes, bem como trabalhos de conscientização e divulgação na Imprensa, mídias sociais e através de palestras em escolas. Como conseqüência logramos sucesso no cumprimento das metas programadas.

RESULTADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Visando atender as metas previstas no programa, a Unidade priorizou a implementação de operações, visando proporcionar uma maior sensação de segurança para a sociedade e diminuir os índices de acidentes, conforme a seguinte apresentação de resultados.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

NÚMERO DE ACIDENTES	2009	2010	2011
Sem Vítimas	3.948	4.849	4.676
Com Ferimentos	2.072	2.213	2.339
Com Morte	167	234	244
Total Pessoas Envolvidas	3.343	3.797	3.576
Total de Pessoas Mortas	210	295	294

ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO	2009	2010	2011
Auções	42.876	40.508	39.131
Autos de Infração extraídos	42.566	40.508	39.122
CNH Recolhidas	1292	1.151	955
Documentos Retidos	2.928	3.300	3.842
Veículos Retidos	4.896	4.795	3.625
Veículos Fiscalizados	128.317	102.195	78.617
Animais Recolhidos	65	79	13
Auxílio Usuário	593	471	197
Escolta / Batedor	206	196	174

OCORRÊNCIAS DE APREENSÕES	2009		2010		2011	
	Ocor	Quant	Ocor	Quant	Ocor	Quant
Drogas	36	641.598 gramas	24	113.657 gramas	36	111.409 gramas
Contrabandos	12	24.581 Unidades	7	9.050 Unidades	3	4.092 Unidades
Armas	54	69 Armas	32	37 armas	36	43 armas
Munições	64	686 Unidades	28	280 Unidades	51	488 Unidades

OUTRAS OCORRENCIAS	2009	2010	2011
Carga Roubadas	1	1	0
Carga Recuperada	5	1	0
Meio Ambiente	12	7	3
Pessoas Detidas	1.282	1.237	1.334
Crimes Diversos	1.140	1.160	1.250
Crianças/Adolescentes	17	18	15

Com objetivo de atingir os indicadores propostos para o programa, foram executados as seguintes ações:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

AÇÃO 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores, Tutores, Conteudistas, Palestrantes e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação de instrutores e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento, em disciplinas de conteúdo teórico e/ou decorrente de atualização normativa.

AÇÃO 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realização de operações e comandos específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); intensificação do policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenção e atendimento de ocorrências de acidentes de trânsito; combate às infrações e crimes de trânsito; execução de escoltas, bem como credenciamento de empresas especializadas para tal fim; controle do trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciamento de empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros); manutenção e abastecimento de viaturas e aeronaves; execução e manutenção de atividades de Cinotecnia (operações com cães); realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, entre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim; realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros; prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	limites das rodovias federais.
--	--------------------------------

AÇÃO 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. Diárias, Passagens, Locação de veículos e aquisição de Equipamentos / Sistemas utilizados nas operações de inteligência.

AÇÃO 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas a finalidade supracitada.

2.3.1.2) Programa 0750 – Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa:	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral:	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos Específicos:	Ação 2000 – Administração da Unidade
Gerente:	Não Existe
Responsável:	Não Existe
Público Alvo:	Governo
Informações orçamentárias e financeiras do Programa	
	Em R\$ 1,00



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
0,00	0,00	1.865.796,74	1.544.053,18	321.743,56	1.544.053,18	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não se Aplica	-	-	-	-	
Fórmula de Cálculo do Índice						
Programa padronizado, comum a toda a Administração, utilizado para apropriar as despesas não relacionadas a programas finalísticos ou ações orçamentárias específicas, não possuindo índice de mensuração de resultado.						
Análise do Resultado Alcançado						
Programa contempla despesas da manutenção da unidade (fornecimento de energia elétrica, água, limpeza e conservação, vigilância armada, locação de serviços terceirizados, etc...), cuja execução depende de limite orçamentário, que no exercício não foi integralmente atendidas devido à insuficiência de recursos.						

Fonte: SIAFI 2011

Dos Eventos negativos que prejudicaram a execução dos Programas de Governo

A restrição de recursos orçamentário insuficientes para manter o mínimo do funcionamento da estrutura da unidade, limitando-se apenas a execução de despesas essenciais, conseqüentemente inviabilizando a plena execução das ações de planejamento.

Dos Eventos positivos que facilitaram a execução dos Programas de Governo

Destacam-se as reuniões de trabalho desenvolvidas pelas Coordenações Gerais do DPRF, entre elas a da CGA/DPRF que tem por objetivo definir a execução dos recursos constantes da LOA, as aquisições centralizadas pelas UCC, e a operacionalização de sistemas (SIPAC) que possibilitarão melhor gestão dos recursos.

AÇÃO 2000 – Administração da unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	<p>(GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frotas veiculares, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
--	--

2.3.1.3) Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária

Federal

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1386		Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal				
Tipo do Programa:		Finalístico				
Objetivo Geral:		Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública				
Objetivos Específicos:		200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal 8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação				
Gerente:		Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM				
Responsável:		Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM				
Público Alvo:		Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
0,00	0,00	596.135,67	370.159,98	225.975,69	370.159,98	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Coefficiente de Adequação das Unidades Operacionais	02/01/07	56,12	80,00	80,00	56,11
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de unidades operacionais que possuem estrutura adequada em relação ao total de						



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

unidades operacionais existentes.
Análise do Resultado Alcançado
No exercício não houve contratação para reforma dos postos policiais. Também não houve aquisição de equipamentos ou de novas viaturas.

Fonte: SIAFI 2011

Dos Eventos negativos que prejudicaram a execução dos Programas de Governo

A não liberação dos recursos programados, impactando os procedimentos licitatórios, atraso na aprovação e entrega definitiva do projeto arquitetônico para construção da nova sede da 12ª SRPRF/ES.

Permanece a necessidade de reforma dos Postos de Safra e São Mateus.

Houve no exercício liberação de recursos para a área de tecnologia, embora em quantidade insuficiente, permanecendo parte dos equipamentos defasados e com funcionamento precário.

Dos Eventos positivos que facilitaram a execução dos Programas de Governo

Liberação de recursos para a área de tecnologia, aplicados na manutenção de sistemas e compra de material permanente de informática

Recebimento de viaturas adquiridas pelo DPRF em 2010 e distribuídas à Regional ao longo do exercício de 2011.

AÇÃO 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

AÇÃO 8623 – REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Tipo	Atividade
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infraestrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.

AÇÃO 8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Tipo	Atividade
Finalidade	Manutenir e modernizar os sistemas/equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas de processos, através da internet, correio eletrônico e outros meios disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do Órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
05	811	0181	20CI	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Ação Executada	Meta consignada na LOA para Unidade Orçamentária 200109	-	Meta a ser realizada em 2012 Meta consignada na LOA para Unidade Orçamentária 200109
06	122	0750	2000	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	-		-	
06	128	0663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Servidor Capacitado		292	
06	181	0663	2723	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Procedimento Realizado		-	
06	181	0663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Pessoa Atendida		652	
06	181	1386	8623	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Unidade Reformada		0	
06	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Sistema Manutenido %		-	
06	183	0663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Operação Realizada		-	
09	272	0089	0181	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	-		-	
12	362	1449	4017	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	-		-	
14	243	0073	8787	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	Operação Realizada		-	

Da Análise crítica

A análise crítica da execução física fica prejudicada uma vez que a Unidade Jurisdicionada não está contemplada na LOA, as metas estão definidas apenas para a Unidade Orçamentária e que a execução das atividades estão vinculadas a liberação de recursos pelo Órgão Central.

Não existem metas físicas definidas na LOA

As ações são executados conforme liberação de recursos e diretriz do órgão central (200109), conforme demonstrado no item 2.3 deste relatório.

Algumas metas não foram aferidas por não haver na UJ a centralização do dados, como no caso das atividades de Educação de Transito, em que são designados servidores para realizar palestra.

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 2524 – Capacitação dos servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 62.165,58 o que representa 4.34% dos recursos destinados ao Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias, e sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.14 – Diárias – R\$ 61.214,58 – representando o percentual de 98,47% do valor empenhado na Ação.

33.90.33 – Passagens Aéreas – R\$ 951,00 – representando 1,53% do valor empenhado na Ação – foram executados em deslocamentos de servidores para participar de eventos de capacitação promovidos pelo DPRF.

Os valores empenhados e ainda não liquidados inscritos em restos a pagar totalizam R\$ 951,00.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 2723 – Policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 1.350.567,58 o que representa 94,44% dos recursos destinados ao Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias, sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.14 – Diárias – R\$ 237.964,51 – representando 17,62% do valor empenhado na Ação - executados nas seguintes operações:

RELATÓRIO DE DIÁRIAS OPERACIONAIS - 2011			
OPERAÇÃO	OBJETIVO	PERÍODO	RESULTADO
Operação Caparaó	Implementar ações de repressão aos assaltos que vem ocorrendo na BR 262 e intensificar as ações de repressão ao tráfico de drogas, na divisa do Estado do Espírito Santo com Minas Gerais.	14/02 a 18/02/2011	- 5360g cocaína apreendida; - 2 pessoas detidas; - 44 notificações de infrações de trânsito; - 78 estojos de maquiagem importados sem documentação fiscal;
Escolta para Bahia	Realizar escolta aos veículos que realizarão o transporte de cargas para a construção das torres de energia eólica do Estado da Bahia.	18/02 a 20/03/2011	- 07 Escoltas realizada com sucesso. - Apoio à Operação Carnaval na Bahia.
Estudo técnico de radar	Realizar estudo técnico em pelo menos cinco pontos por Delegacia	01/04 a 30/04/2011	
Operação Dupla Face	Cumprir mandado de busca e apreensão na Região Norte do Espírito Santo decorrentes das ações de combate a fraudes ao INSS.	22/02 e 23/02/2011	- 1 mandado de busca e apreensão cumprido; 61 notificações de infrações de trânsito;
DCC x NOE	Realizar fiscalização em ônibus, veículos de passeio e de carga, com vistas à apreensão de ilícitos;	11/04 a 19/04/2011	
Escolta de Donativos	escolta/batedor dos caminhões que transportarão parte dos donativos arrecadados para os cidadãos atingidos pela catástrofe natural ocorrida na região serrana do Estado do Rio de Janeiro.	21/01 a 23/01/2011	Escolta realizada com sucesso.
Forum Economico Mundial	Apoiar a 5ª SR/RJ nas atividades de policiamento,	26/04 a 30/04/2011	Atividades executadas a contento, 49 notificações de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	fiscalização, combate ao crime e escoltar autoridades.		infrações extraídas.
Operação Venda Nova	Garantir fluidez ao trânsito na Rodovia BR 262 em Venda Nova do Imigrante-ES. Assegurar a preservação dos bens da União e integridade física de todos os envolvidos.	09/05 a 10/05/2011	Verificada manifestação pacífica e garantido a livre fluidez do trânsito e segurança de todos. 181 notificações de infrações extraídas.
Curso TPCC	Treinamento de policiais no curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime (TPCC).	21/05 a 07/06/2011	Capacitação de 02 PRFs em curso de especialização policial.
Curso TPFT	Treinamento de policiais no curso de Técnicas Policiais de Fiscalização de Transportes (TPFT).	28/05 a 20/06/2011	Capacitação de 04 PRFs em curso de especialização policial.
Combate a criminalidade	Interceptar alvos levantados pelo NUINT, envolvidos em criminalidade ao tráfico de drogas e roubo de veículos, com apoio do NOE e GOC.	25/05 a 26/05/2011	-75 autuações de trânsito; -03 pessoas detidas, -01 veículo recuperado; -01 arma apreendida, -06 munições; -01 documento com registro de furto e roubo recuperado.
Forum Internacional Eleitoral	Serviço de batedor e escolta de dignatários, convidados a participarem do Fórum Internacional Eleitoral a se realizar em Vitória-ES.	15/06 a 16/06/2011	Realizado escolta do vice-presidente com sucesso.
Operação São João	Reforço no policiamento no Estado da Bahia, Salvador, festa de São João.	20/06 a 28/06/2011	Apoio a Operação na Bahia realizada com sucesso
Operação Carnaval	Implementar reforço do policiamento e da fiscalização de trânsito nas rodovias federais que cortam o estado do Espírito Santo, visando, principalmente, à prevenção dos acidentes de trânsito e promoção da segurança viária.	04/03 a 09/03/2011	
Operação Semana Santa	Implementar reforço do policiamento e da fiscalização de trânsito nas rodovias federais que cortam o estado do Espírito Santo, visando, principalmente, à prevenção dos acidentes de trânsito e promoção da segurança	20/04 a 24/04/2011	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	viária.		
Operação Corpus Christi	Implementar reforço do policiamento e da fiscalização de trânsito nas rodovias federais que cortam o estado do Espírito Santo, visando, principalmente, à prevenção dos acidentes de trânsito e promoção da segurança viária.	22/06 a 26/06/2011	
Operação Proclamação da República	Programar reforço e ações de policiamento e fiscalização de trânsito nas rodovias federais que cortam o estado do Espírito Santo, visando, principalmente, à prevenção dos acidentes de trânsito e promoção da segurança viária.	11/11 a 16/11/2011	
Jogos Mundiais Militares	Promover ações de prevenção, repressão, inteligência, articulação e mobilização, garantir fluidez e segurança do trânsito, realizar escolta e batedor de delegações e autoridades na Região Metropolitana e Divisas do Rio de Janeiro.	01/07 a 29/07/2011	Atividades executadas a contento, conforme diretrizes repassadas pela 5ª SRPRF/RJ.
Apoio a Operação Afluente	Participar das ações de combate ao narcotráfico desencadeadas pela Delegacia de Repressão a Entorpecentes do DPF no município de Conceição da Barra/ES.	18/01 a 20/01/2011	- 2 mandados de busca e apreensão cumpridos; - 3 pessoas detidas; - 4 armas apreendidas; - 119 munições apreendidas;
II ONN ESCA	Realizar Ações de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes	14/05/2011	- 01 pessoa detida por mandado de prisão;
Apoio ao Nuint	Realizar levantamento de veículo oriundo de região de fronteira.	17/02 a 18/02/2011	
Escolta do Ministro da Justiça	Realizar serviço de escolta a autoridade no município de Vitória-ES.	03/02/2011	- Escolta realizada com sucesso.
Apoio A PRT 17ª.	Implementar ações de acompanhamento e apoio a atividade da Procuradoria do Trabalho no setor de	23/08 a 25/08/2011	- Atividades executadas com sucesso.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

	rochas ornamentais.		
Operação Sorteio da Copa	Apoiar ações de segurança pública durante sorteio da copa 2014 conforme diretrizes constantes da OS 051/2011 CGO.	23/07 a 02/08/2011	-
Operação Sentinela	Implementar ações de repressão a criminalidade nas regiões de fronteira do Brasil	01/08 a 11/11/2011	Equipes deslocadas para Rondonia, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
Operação Norte do ES	Implementar ações de combate a criminalidade na região norte do Espírito Santo	17/08 a 20/08/2011	
Operação ENEM 2011	Realizar escolta dos veículos que transportarão as provas do ENEM.	23/09 a 24/09/2011	Escolta realizada com sucesso
Operação Seiva da Serra	Fiscalizar transporte de produtos florestais sem documentação, reprimir crimes ambientais, fraudes veiculares e infrações de trânsito vinculados ao transporte de ilícitos ambientais.	15/08 a 12/09/2011	- serviço executado com sucesso seguindo diretrizes da DCC.
Operação Morpheus	Coibir comercialização ilícita de substâncias ilícitas ou restritas nas rodovias federais	19 e 20/12/2011	-pontos de probabilidade de ilícito fiscalizados.

33.90.30 – Material de Consumo – R\$ 887.336,32 – representando 65,70% do valor empenhado na Ação – utilizado em despesas com combustíveis, peças e pneus para manutenção das viaturas, além de despesas diversas.

33.90.33 – Passagem Aérea – R\$ 7.266,39 – representando 0,54% do valor empenhado na Ação – Referente a despesa com deslocamento de servidores para reuniões de trabalho.

33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 190.772,38 – representando 14,13% do valor empenhado na Ação – utilizados no pagamento de serviços de manutenção de viaturas, taxa de gerenciamento do sistema de abastecimento e manutenção de equipamentos (radio, etilômetro).

44.90.52 - Equipamentos e Material Permanente – R\$ 27.227,98 – representando 2,02% do valor empenhado na Ação, e refere-se a aquisição de equipamentos específicos para utilização no policiamento ostensivo – inscritos em restos a pagar)

Os valores empenhados e ainda não liquidados inscritos em restos a pagar totalizam R\$ 325.875,13.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 2816 – Serviço de inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Na presente Ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 1.156,10 o que representa 0,08% dos recursos destinados ao Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias, e sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.14 – Diárias – R\$ 1.156,10 – representando a totalidade do valor empenhado na Ação – Referente a deslocamentos de servidores em operações da área de inteligência.

Os valores empenhados foram integralmente liquidados, pelo que não houve inscrição em restos a pagar.

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 4290 – Atividades de saúde nas rodovias federais

Na presente Ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 16.265,63, representando o percentual de 1,14% dos recursos destinados ao Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias, e sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.30 – Material de Consumo – R\$ 939,90 – representando 5,78% do valor empenhado na Ação – Aquisições de fitas reagentes, fitas glicemia, triglicemias e colesterol.

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente – R\$ 14.354,89 – representando 88,25% do valor empenhado na Ação – Referente a aquisições de Aparelhos de avaliação clínica – inscritos em restos a pagar.

33.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores – R\$ 970,84 – representando 5,97% do valor empenhado na ação – Trata-se do reconhecimento de dívida referentes a valores sobrestados de serviços contratados a liquidar.

Durante o ano de 2011, não obstante a previsão inicial constante do Calendário Nacional contemplar a realização de três Comandos de Saúde, foram efetivamente realizados dois eventos na 12ª SRPRF/ES:

– Em 11 de Maio, no município da Serra, BR 101, Km 250, com atendimento a 378 condutores;

– Em 17 de Agosto, no município da Serra, BR 101, Km 274, com atendimento a 274 condutores;

– Em 30 de Novembro, no município de Guarapari, BR 101, Km 374, cancelado em virtude de condições meteorológicas adversas.

Estes eventos contaram com as seguintes coordenações: PRF e SEST/SENAT e com as seguintes parcerias: do 38º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, do Detran/ES, do Sindicato dos Corretores de Seguros - Sincor, do Sindicato dos Locatários de veículos Sindiloc, do Posto de Combustível Serramar, do Posto de Combustível Tigrão, da Escola de Medicina Emescam, e da Faculdade Pio XII.

Nos comandos de saúde realizados no Espírito Santo deve-se dar destaque a união de esforços das unidades do SEST/SENAT que em todos os eventos, se organizam e distribuem tarefas conjuntamente, demonstrando o interesse e a satisfação que esta entidade tem nestes eventos. Toda estrutura de logística – transporte, contatos com os postos de combustível, alimentação das equipes e lanches dos condutores, servidores voluntários que atuam nas atividades e toda a logística



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

necessária ao comando que a PRF solicitasse. Em geral a PRF ficou com a responsabilidade de organização de logística material e de pessoal próprios da equipe PRF bem como atuar no treinamento de equipes externas.

Algumas questões permanecem pendentes com relação à realização dos Comandos de Saúde, levantando dúvidas acerca de sua efetividade e eficácia, quais sejam: desmotivação e desinteresse por parte da PRF na realização dos eventos, principalmente no que tange a:

1º – Falta de ações efetivas que estimulem o interesse dos condutores atendidos em darem continuidade aos tratamentos de saúde, bem como em procurar seguir as orientações das equipes atuantes no Comando de Saúde;

2º - Descontinuidade de ações por parte do DPRF no que tange ao desenvolvimento de programas que possam efetivar intervenções voltadas par a redução de acidentes, tais como encaminhamentos de propostas a órgãos responsáveis pelas questões de saúde dos condutores profissionais, órgãos governamentais, entre outras ações de repressão e de fiscalização diante do quadro verificado nos Comandos de Saúde.

3º – Falta da elaboração de um mapa-resumo dos resultados dos Comandos de Saúde em âmbito nacional ao final de cada evento. Na prática, após a realização desses eventos, os gestores ficam sem saber como foram as experiências nos outros Estados, o quantitativo de pessoas atendidas, bem como a repercussão destes eventos em cada Regional. Isto cria um ambiente de falta de motivação das equipes em buscar, a cada evento, a superação dos resultados anteriores, pelo simples fato da ausência de parâmetros referenciais.

4º – Falta de comunicação entre os gestores dos Comandos de Saúde nos Estados e a Sede do DPRF em Brasília que durante as fases de organização do evento e pós-evento poderiam se comunicar e trocar experiências, dando sugestões e deste modo cada Estado procurar fazer a cada vez mais e melhor;

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 2000 – Administração da unidade

Uma vez que a presente ação representa a execução de despesas da manutenção da Unidade, dos valores empenhados no exercício totalizando R\$ 1.865.796,74, sua execução ocorreu nas seguintes atividades:

33.90.14 – Diárias – R\$ 60.207,31 – representa 3,23% do valor empenhado na ação – Os deslocamentos ocorreram basicamente em reuniões de trabalhos, destacando as reuniões organizadas pela CGA, bem como em convocações de servidores para atender desenvolver atividades no DPRF.

33.90.30 – Material de Consumo – R\$ 63.217,32 – representa 3,39% do valor empenhado na ação – Refere-se a aquisição de material de expediente, água mineral, material de copa cozinha e café.

33.90.33 – Passagem Aérea – R\$ 8.263,16 – representa 0,44% do valor empenhado na ação – As aquisições de passagens aérea ocorreram no deslocamentos de servidores para participarem de reuniões de trabalhos ou por convocação de servidores para desenvolver atividades no DPRF.

33.90.37 – Locação de Mão-de-Obra – R\$ 1.034.741,60 – representa 55,45% do valor empenhado na ação – Refere-se a contratos de limpeza e conservação, vigilância armada e serviços terceirizados (copeira, motorista, recepcionista, telefonista, auxiliar de informática)



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

33.90.39 – Outros Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 338.453,26 – representa 18,14% do valor empenhado na ação – Despesas decorrentes dos serviços essenciais tais como fornecimento de energia elétrica, água e esgoto, serviço de correios, etc.

33.90.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas – R\$ 16.308,85 – representa 0,87% do valor empenhado na ação – Despesas executadas no pagamento do licenciamento das viaturas

33.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores – R\$ 122.158,16 – representa 6,55% do valor empenhado na ação – Trata-se de despesas referentes a reconhecimento de dívida.

33.90.93 – Indenizações e Restituições – R\$ 31.632,42 – representa 1,70% do valor empenhado na ação.

33.91.39 – Outros Serv. Terceiros-Pes. Jurid-Op. Intra-Orc. – R\$ 21.113,01 – representa 1,13% do valor empenhado na ação – Executado com despesas de publicações no DOU e EBC.

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente – R\$ 148.166,98 – representa 7,94% do valor empenhado na ação – utilizados na aquisição de equipamentos e mobiliários, sendo parcialmente inscritos em restos a pagar)

Os valores empenhados e ainda não liquidados inscritos em restos a pagar totalizam R\$ 321.743,56.

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 200G – Construção e ampliação de bases operacionais e unidades

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 39.843,10, o que representa 6,68% dos recursos destinados ao Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, executados na atividade 44.90.51 - Obras e Instalações, destinados à elaboração de projetos básico e executivo de engenharia e arquitetura necessários à construção do Posto Policial de Domingos Martins, integralmente inscritos em restos a pagar.

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 8623 – REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 10.399,00, o que representa 1,74% dos recursos destinados ao Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, executados na atividade 33.90.39 – Outros Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica, destinados aos serviços de reforma de muro na Delegacia de Linhares.

No exercício não foram realizadas novas contratações. Permanece a necessidade de reforma dos Postos de São Mateus e Safra, que não ocorreram em razão da não liberação de recursos.

DA EXECUÇÃO DA AÇÃO 8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Na presente ação foram empenhados no exercício o valor de R\$ 545.893,57, o que representa 91,57% dos recursos destinados ao Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, sua execução ocorreu nas seguintes atividades:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

33.90.30 – Material de Consumo – R\$ 13.022,17 – representa 2,39% do valor empenhado na ação – Foram destinados a contrato de manutenção dos rádios e torres de comunicação.

33.90.39 – Outros Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 383.064,40 – representa 70,17% do valor empenhado na ação – executados nos contratos de transmissão de dados, de telefonia, locação de impressora, manutenção dos rádios e torres de comunicação e em serviços de manutenção de equipamentos de informática.

33.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores – R\$ 1.500,00 – representa 0,27% do valor empenhado na ação – Trata-se de reconhecimento de dívida de pagamentos a liquidar.

44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente – R\$ 148.307,00 – representa 27,17% do valor empenhado na ação – destinados à aquisição de equipamentos de informática (Nobreak, Telefones, Swtch) e integralmente inscritos em restos a pagar.

Os valores empenhados e ainda não liquidados inscritos em restos a pagar totalizam R\$ 186.132,59.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Não aplicável a UG 200126, não consta na LOA

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Não aplicável a UG 200126, não consta na LOA

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada			Despesa Paga		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Modalidade de Licitação						
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	1.153.026,47	155.979,56	0,00	0,00	69.824,38	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	1.374.377,88	1.365.634,95	2.549.895,74	1.195.204,50	1.170.075,34	652.154,25
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	935.834,12	1.993.495,33	574.568,21	671.483,28	968.816,34	400.101,30
Contratações Diretas						
Dispensa	29.877,84	44.498,10	296.760,03	22.216,89	41.483,10	81.979,85
Inexigibilidade	326.273,54	329.786,53	626.836,11	292.140,57	308.154,60	180.000,00
Regime de Execução Especial						
Suprimento de Fundos	8.417,09	4.086,15	5.656,38	8.417,09	3.086,15	5.656,38
Pagamento de Pessoal						
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	506.109,47	489.362,75	427.806,99	506.109,47	489.362,75	427.806,99

Fonte: SIAFI 2011

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos
 Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$
1,00



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		R P Não Processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal								
31.90.08	10.511,12	31.325,31	10.511,12	31.325,31	0,00	0,00	10.511,12	31.325,31
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes								
33.90.30	789.106,70	1.028.724,79	606.547,32	668.985,70	182.559,38	359.739,09	606.547,32	668.985,70
33.90.37	825.689,47	1.034.741,60	706.828,62	936.634,02	118.860,85	98.107,58	706.828,62	98.107,58
33.90.39	854.822,39	922.689,04	775.927,05	816.050,62	78.895,34	106.638,42	775.927,05	816.050,62
Demais elementos do grupo	658.419,23	617.737,29	638.347,17	607.901,93	20.072,06	9.835,36	638.347,17	1.446.428,37

Fonte: SIAFI 2011

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos
 Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos
 créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos								
44.90.51	123.666,46	39.843,10	46.266,75	0,00	77.399,71	39.843,10	46.266,75	0,00
44.90.52	1.261.017,26	448.733,17	406.277,01	12.078,36	854.740,25	436.654,81	406.277,01	12.078,36
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011

Os valores liberados no exercício não foram suficiente para a manutenção da unidade, comprometendo a execução dos serviços contratados. Assim não pode ser considerado como redução de gastos os valores executados 2010.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

O impacto na execução dos recursos ocorreu especificamente no grupo de despesa 44.90.52 onde foram contratadas a aquisição de viaturas pelo DPRF ainda não entregues integralmente no exercício de 2011.

2.4.3) Indicadores Institucionais

Definição de indicadores para tomadas de decisão gerencial que afete a Unidade Jurisdicionada são informadas pela Unidade Orçamentária (200109).

Medição de produtos, serviços e resultados alcançados são repassados à Unidade Orçamentária (200109), que é a responsável em definir os indicadores institucionais, por meio de metodologia voltada a mensurar a viabilidade efetiva desse indicadores.

As metas e indicadores que constam da Lei Orçamentária Anual – LOA para a UO (200109) não são descentralizadas para as Unidade Regionais.

2.4.3.1. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações.

2.4.3.2. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

2.4.3.3. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Não há indicador.

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos e Recursos

Não há registro contábeis no SIAFI/2011 nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	31.325,31	0,00	31.325,31	0,00
2009	19.028,67	0,00	19.028,67	0,00
2008	4.063,65	0,00	4.063,65	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	1.831.896,04	350.043,77	1.475.350,49	6.501,78
2009	1.619.803,86	45.553,31	1.097.117,28	477.133,27
2008	943.538,95	191.454,83	729.848,94	22.235,18

Fonte: SIAFI 2011

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2011	Egressos em 2011
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		230		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		01		
1.4.2 Removidos		38		
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada		1		



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

2	Provimento de cargo em comissão				
2.1	Cargos Natureza Especial				
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		01		
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4	Sem vínculo				
2.2.5	Aposentado				
2.3	Funções gratificadas				
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		26		
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas				
3	Total		230		

Fonte: SRH/Siape - Obs. Não incluído na soma os cargos de Provimento de cargo em comissão, em razão da ocupação ser exclusiva de servidor de carreira da UJ, já incluídos item 1.2.

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	7	106	7	40	
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1				
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1			
2.3. Funções gratificadas		12	10	1	

Fonte: SRH/Siape



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			1	4	142	92			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provimento de cargo em comissão						1			
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções gratificadas									

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH/Siape

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria <i>Página 4 de 59 / ehsf</i>	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2011
1 Integral		
1.1 Voluntária	185	4
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

Fonte: SRH/Siape



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2011
1. Integral	8	6
2. Proporcional		

Fonte: SRH/Siape

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio	4	4	4	4	
Nível Médio					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio	23	23	23	23	118.532,55

Fonte: SRH/Siape

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011. Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
2011								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	35.243.743,80		503.895,60	2.726.241,60		64.824,00		38.538.705,00
2009	38.298.734,04		431.726,88	2.243.541,24		64.824,00		41.038.826,16
2010	67.406.448,00		584.474,40	2.212.941,60		73.705,20		70.277.569,20
2011	52.034.796,66		556.784,68	3.127.603,98		34.477,24		55.753.662,56
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
2011								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010								
2011								
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
2011								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008			29.102,76					29.102,76
2009			29.102,76					29.102,76
2010			29.102,76					29.102,76
2011			3.053,69					3.053,69
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008			102.756,24					102.756,24
2009			89.562,00					89.562,00
2010			89.562,00					89.562,00
2011			72.999,64					72.999,64

Fonte: SRH/Siape

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Unidade Contratante													
Nome: 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200126						CNPJ: 00.394.494/0121-42							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	018/2009	05.276.664/0001-00	25/06/09	24/06/10	8	8					E
			019/2009				2	2					
			020/2009				2	2					
			021/2009				2	2					
			022/2009				3	3					
	V	O	024/2009	25.183.468/0003-51	27/07/09	26/07/12			4	4			P
			025/2009						2	2			
2010	L	O	011/2010	07.780.835/0001-50	25/06/10	25/06/12	8	8					A
			012/2010				2	2					
			013/2010				2	2					
			014/2010				2	2					
			015/2010				3	3					

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SAF/SICON – OBS: Vigilância considerado Postos de Serviços

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

Unidade Contratante													
Nome: 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200126							CNPJ: 00.394.494/0121-42						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	001/2011	07.564.344/0001-72	14/01/11	14/01/13			3	3			A
	1	O	002/2011	11.077.606/0001-41	14/01/11	14/01/13			3	3			A
	7	O	003/2011	04.999.113/0001-01	14/01/11	14/01/13			4	4			A

LEGENDA
Área:
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
 3. Serviços de Copa e Cozinha;
 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
 5. Serviços de Brigada de Incêndio;
 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
 7. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
 Fonte: SAF/SICON

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
024/2009	8	4	SEDE 12ª SRPRF/ES - VITÓRIA
025/2009	8	2	3ª DELEGACIA – GUARAPARI
026/2009	8	2	4ª DELEGACIA – LINHARES
011/2010	7	8	SEDE 12ª SRPRF/ES – VITÓRIA
012/2010	7	2	1ª DELEGACIA – VIANA
013/2010	7	2	2ª DELEGACIA – SERRA
014/2010	7	2	3ª DELEGACIA – GUARAPARI
015/2010	7	3	4ª DELEGACIA – LINHARES

LEGENDA
Área:
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
 3. Serviços de Copa e Cozinha;
 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
 5. Serviços de Brigada de Incêndio;
 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
 7. Higiene e Limpeza;
 8. Vigilância Ostensiva;
 9. Outras.
 Fonte: SAF/SICON



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

Não há indicadores.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Não há indicadores.

- Rotatividade (turnover)

Não há indicadores.

- Educação Continuada



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

CURSOS REALIZADOS EM 2011

CURSO	PROMOÇÃO	PERÍODO/ CUSTOS	SERVIDOR	LOCAL
CURSO DE LIBRAS Processo nº 08.667.004.451/2010-74	12ª SRPRF/ES em parceria com a SEDU/ES	Março a julho de 2011	MARTA; SALVADOR; MAURO; WOLMAR; JEHAN NEY; BARTOLINI;	Vitória/ES
XX CURSO DE TÉCNICAS POLICIAIS DE COMBATE AO CRIME – TPCC/2011 Processo nº 08.667.002.714/2011-91	COEN/DPRF	22/05 A 07/06/2011	FOLADOR; LUCAS;	Rio de Janeiro/RJ
II CURSO DE TÉCNICAS POLICIAIS DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE Processo nº 08.667.002.927/2011-13	COEN/DPRF	30/05 A 18/06/2011	PADILLA; IURY FIUSA; HENRIQUE; ROGÉRIO;	Salvador/BA
CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL Memorando nº 313/2011 – NUAD/COEN, de 09/06/2011	COEN/DPRF	15/06 A 03/07/2011	RANGEL;	Brasília/DF
TREINAMENTO NOVO MÓDULO DE DIVULGAÇÃO DE COMPRAS Memorando nº 447/2011-CGA, de 27/06/2011	CGA/DPRF	01/07/2011	DINORAH; REGINA; BARTOLINI;	Vitória/ES Auditório do SERPRO.
TREINAMENTO SOBRE O USO DOS DISPOSITIVOS DE CONDUÇÃO DE ENERGIA – DCE Processo nº 08.667.000.140/2011-17	12ª SRPRF/ES	Meses de agosto e setembro/2011 1.692,66	Todo o efetivo	Vitória, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim
SEMINÁRIO “A FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FEDERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS E A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA” Ofício nº 017/2011-PF/PGF/AGU/ES, de 05 de outubro de 2011.	AGU/ EAGU	16 de agosto de 2011	BATTISTI; DINORAH; EWALDO; GILBERTO; SALVADOR; LUDMILA; MARIA REGINA; BARTOLINI;	Vitória/ES
CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DO DPRF Memorando nº 633/2011 – NUAD/COEN, de 11 de outubro de 2011.	COEN	23/10 A 13/11/2011	WASHINGTON;	Cachoeira Paulista/SP
CURSO DE IDENTIFICAÇÃO VEICULAR Convite Polícia Civil	12ª SRPRF/ES E PCES	19 A 20/10/2011 273,26	HENRIQUE; CHARPINEL; PAIVA; CAMATA; LEANDRO MUQUI;	Vitória/ES
WORKSHOP DA COMISSÃO PEDAGÓGICA DO DPRF Memorando nº 775/2011-NUAD/COEN	COEN	11 a 16/12/2011	RANGEL;	Pirenópolis GO
WORKSHOP DE ATUALIZAÇÃO DE TÉCNICAS PARA INSTRUTORES DE ARMAMENTO E TIRO Memorando nº 772/2011-NUAD/COEN, de 21 de novembro de 2011.	COEN	04 A 12 DEZEMBRO DE 2011	MOZZER; BECEVELI; RENNER;	IPERÓ/SP
II ENCONTRO NACIONAL DAS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS Memorando nº 759/2011-NUAD/COEN, de 17 de novembro de 2011.	COEN	28/11 A 30/11/2011	MÁRCIA;	RIO DE JANEIRO/RJ
WORKSHOP DE NIVELAMENTO – GESTÃO CORREICIONAL E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Memorando nº 754/2011-NUAD/COEN, de 17 de novembro de 2011 e Memorando nº 777/2011-NUAD/COEN, de 21 de novembro de 2011.	COEN	27/11 A 02/12/2011	LOPES; CLEVER;	FORTALEZA/CE
CURSO BÁSICO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL Memorando nº 738/2011-NUAD/COEN, de 11 de novembro de 2011	COEN	23/11 A 04/12/2011	MANSANO; AMARÍLIO;	CAMPO GRANDE/MS
WORKSHOP DA COMISSÃO PEDAGÓGICA DO DPRF Memorando nº 775/2011-NUAD/COEN, de 21 de novembro de 2011.	COEN	11 A 16/11/2011	RANGEL;	PIRENÓPOLIS/GO
OPERAÇÃO TEMÁTICA SOBRE FRAUDE VEICULAR Processo nº 08.667.006.433/2011-16	12ª SRPRF/ES	12 A 16/12/2011	18 PRF'S 3 PM'S 2 PC'S	VITÓRIA, SERRA,VIANA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

- Satisfação e Motivação

Não há indicadores.

- Disciplina

CORREGEDORIA

- Desempenho funcional

Não há indicadores.

- Níveis Salariais

Policial Rodoviário Federal - Nível Superior -			
			1-Jul-10
CLASSE	PADRÃO	SUBSÍDIO (R\$)	SUBSÍDIO APOSENTADO (R\$)
INSPETOR	III	10544,14	10544,14
	II	10237,03	10237,03
	I	9938,87	9938,87
AGENTE ESPECIAL	VI	9376,29	9376,29
	V	9103,19	9103,19
	IV	8838,05	8838,05
	III	8580,63	8580,63
	II	8330,71	8330,71
	I	8088,07	8088,07
AGENTE OPERACIONAL	VI	7443,29	7443,29
	V	7369,6	7369,6
	IV	7296,63	7296,63
	III	7224,39	7224,39
	II	7152,86	7152,86
AGENTE	I	7082,04	7082,04
	I	5804,95	5804,95

Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 (Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal)

- Nível Auxiliar -										julho de 2009			
CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO BÁSICO	GEAAPRF	GDATPRF (*)	ATIVO		TOTAL		GDATPRF (*)	APOSENTADO TOTAL (em R\$)	GDATPRF - R\$/ponto	Pontos Ativos - art 158	Valor Aposentados R\$
					80 pts	100 pts	80 pts	100 pts					
		A	B	C	D	E=(A+B+C)	F=(A+B+D)	G	H=(A+B+C)				
	II	1660,84	140,00	318,40	398,00	2.119,24	2.198,84	199,00	1.999,84	3,9800	80	199,00	
Especial	I	1657,64	139,00	315,56	394,45	2.112,21	2.191,09	197,23	1.993,87	3,9445	80	197,23	
		1654,45	138,00	312,74	390,93	2.105,19	2.183,38	195,47	1.987,92	3,9093	80	195,47	

- Demandas Trabalhistas

Não há indicadores.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

7.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p>Considerações gerais:</p> <p>Essa UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle somente encontra-se estruturado no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	texto				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	texto				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	texto				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	texto				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	texto				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	texto				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	texto				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	texto				
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ		
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Espírito Santo	10	10	10
	5705 - VITORIA	1	1	1
	5701 - VIANA	1	1	1
	5709 - IBATIBA	1	1	1
	5699 - SERRA	1	1	1
	5649 - IBIRACU	1	1	1
	5647 - GUARAPARI	1	1	1
	5623 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1	1	1
	5663 - LINHARES	2	2	2
	5697 - SAO MATEUS	1	1	1
Total Brasil		10	10	10

Fonte: MP / SPU / Sistema Spionet



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

A Unidade não possui imóveis locados de terceiros, assim, não foi preenchido o quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200126 - 5705	5705.00337.500-8	Próprio	Muito Bom	1.579.648,18	01/09/2000			
200126 - 5701	5701.00002.500-3	Próprio	Muito Bom	208.958,01	01/09/2000			
200126 - 5709	5709.00019.500-1	Próprio	Muito Bom	54.349,13	01/09/2000			
200126 - 5699	5699.00012.500-2	Próprio	Muito Bom	383.896,16	01/09/2000			
200126 - 5649	5649.00005.500-8	Próprio	Muito Bom	40.588,84	01/09/2000			
200126 - 5647	5647.00011.500-4	Próprio	Muito Bom	166.147,32	01/09/2000			
200126 - 5623	5623.00018.500-5	Próprio	Muito Bom	177.085,50	01/09/2000			
200126 - 5663	5663.00029.500-4	Próprio	Muito Bom	864.816,25	01/09/2000			
200126 - 5663	5663.00031.500-5	Próprio	Muito Bom	149.867,57	01/09/2000			
200126 - 5697	5697.00016.500-8	Próprio	Muito Bom	388.031,51	01/09/2000			
Total							Σ	Σ

Fonte: MP / SPU / Sistema Spiunet



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO



Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

Relação Detalhada de Imóveis por UG/UF/Município

UG : 200126 - 12A.SUPERINTEND.DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL			
Total de Imóveis: 12	Valores em R\$		
	Terreno :		4.600.769,10
	Benfeitoria :		1.818.558,03
	Imóvel :		6.419.327,13
UF : ES - Espírito Santo			
Total de Imóveis: 12	Valores em R\$		
	Terreno :		4.600.769,10
	Benfeitoria :		1.818.558,03
	Imóvel :		6.419.327,13
Município : 5623 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM			
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$		
	Terreno :		8.250,00
	Benfeitoria :		168.835,50
	Imóvel :		177.085,50
RIP : 5623.00018.500-5			
Rodovia BR 101, Km411 não tem, Safra CEP 29300-000	Valores em R\$		
	Terreno :		8.250,00
	Benfeitoria :		168.835,50
	Imóvel :		177.085,50
Município : 5647 - GUARAPARI			
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$		
	Terreno :		150.000,00
	Benfeitoria :		16.147,32
	Imóvel :		166.147,32
RIP : 5647.00011.500-4			
Rodovia BR 101 SUL KM 339, s/n Distrito Rio Grande CEP 29200-000	Valores em R\$		
	Terreno :		150.000,00
	Benfeitoria :		16.147,32
	Imóvel :		166.147,32
Município : 5649 - IBIRACU			
Total de Imóveis: 2	Valores em R\$		
	Terreno :		626.790,00
	Benfeitoria :		240.089,32
	Imóvel :		866.879,32
RIP : 5649.00004.500-2			
Rodovia BR 10, Km211 não tem, não tem CEP 29670-000	Valores em R\$		
	Terreno :		11.970,00
	Benfeitoria :		28.618,84
	Imóvel :		40.588,84
RIP : 5649.00005.500-8			
Travessa Rodovia BR-101 km 210, s/n.º não tem, Taquara-Assu CEP 29670-000	Valores em R\$		
	Terreno :		614.820,00
	Benfeitoria :		211.470,48
	Imóvel :		826.290,48
Município : 5663 - LINHARES			
Total de Imóveis: 2	Valores em R\$		
	Terreno :		850.531,50
	Benfeitoria :		164.152,32
	Imóvel :		1.014.683,82
RIP : 5663.00029.500-4			
Avenida São Mateus, 640 Lotes 8,9,10 e 11 Quadra 217, Aviso CEP 29901-350	Valores em R\$		
	Terreno :		733.531,50
	Benfeitoria :		131.284,75
	Imóvel :		864.816,25



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

RIP : 5663.00031.500-5	
Rodovia BR 101 Norte, Km151 não tem, não tem CEP 29900-000	Valores em R\$ Terreno : 117.000,00 Benfeitoria : 32.867,57 Imóvel : 149.867,57
Município : 5697 - SAO MATEUS	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 360.000,00 Benfeitoria : 28.031,51 Imóvel : 388.031,51
RIP : 5697.00016.500-8	
Rodovia BR 101, Km 56 não tem, não tem CEP 29930-000	Valores em R\$ Terreno : 360.000,00 Benfeitoria : 28.031,51 Imóvel : 388.031,51
Município : 5699 - SERRA	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 332.000,00 Benfeitoria : 51.896,16 Imóvel : 383.896,16
RIP : 5699.00012.500-2	
Rodovia BR 101, Km250 não tem, Belvedere CEP 29160-000	Valores em R\$ Terreno : 332.000,00 Benfeitoria : 51.896,16 Imóvel : 383.896,16
Município : 5701 - VIANA	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 128.000,00 Benfeitoria : 80.958,01 Imóvel : 208.958,01
RIP : 5701.00002.500-3	
Rodovia BR 262, Km 15 não tem, não tem CEP 29136-000	Valores em R\$ Terreno : 128.000,00 Benfeitoria : 80.958,01 Imóvel : 208.958,01
Município : 5705 - VITORIA	
Total de Imóveis: 2	Valores em R\$ Terreno : 2.129.597,60 Benfeitoria : 1.029.698,76 Imóvel : 3.159.296,36
RIP : 5705.00337.500-8	
Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2214 não tem, Bento Ferreira CEP 29050-625	Valores em R\$ Terreno : 1.064.798,80 Benfeitoria : 514.849,38 Imóvel : 1.579.648,18
RIP : 5705.00338.500-3	
Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2214 não tem, Bento Ferreira CEP 29050-625	Valores em R\$ Terreno : 1.064.798,80 Benfeitoria : 514.849,38 Imóvel : 1.579.648,18
Município : 5709 - IBATIBA	
Total de Imóveis: 1	Valores em R\$ Terreno : 15.600,00 Benfeitoria : 38.749,13 Imóvel : 54.349,13
RIP : 5709.00019.500-1	
Rodovia BR 262, Km159 não tem, centro CEP 29395-000	Valores em R\$ Terreno : 15.600,00 Benfeitoria : 38.749,13 Imóvel : 54.349,13
Informações extraídas em 14/03/2012 16:41	

Secretaria do Patrimônio da União



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

Os registros dos imóveis no SPIUNET não estão sendo atualizados e não há registro de reavaliação do imóveis pela SPU/ES.

Existe ainda pendências no processo de regularização dos documentos por parte da SPU/ES, em decorrência de questionamentos por parte do DNIT quanto a transferências para União dos imóveis do extinto DNER.

Há ainda uma demanda da 12ªSRPRF/ES junto à SPU/ES quanto ao imóvel ocupado por sua Sede em Vitória, requerendo a adequação de seus registros no sistema Spiunet em conformidade com o Termo de Entrega Definitivo do imóvel, o que ainda não foi providenciado.

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					03
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			X		
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

11. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Inexiste tal situação no âmbito da 12ª SRPRF/ES

12. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

12.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

12.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

12.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

12.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

A 12ª SRPRF/ES não recebeu ao longo do exercício de 2011 nenhuma equipe de auditoria, assim não há registro para informação dos itens acima.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

ANEXO I

**I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº
107/2010**

DECLARAÇÃO

Declaro que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade Jurisdicionada estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Vitória, ES, 07 de Março de 2012,


ROBERTO BARTOLINI COUTINHO
Chefe da Seção Administrativa e Financeira



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO**

ANEXO II

II - INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

DECLARAÇÃO

1. Declaramos, para os devidos fins, que as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas, estão sendo cumpridas por esta Unidade Jurisdicionada.
2. Informamos ainda que, na busca da racionalização dos procedimentos relativos à área de gestão de pessoal, visando à redução do volume de papel constante em arquivos, e aumento da segurança da informação para os servidores, desburocratizando a apresentação da declaração de bens e valores, conforme art. 13 da Lei nº 8.429/92 e art. 1º da Lei nº 8.730/93, os servidores desta UJ têm autorizado o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, conforme Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298/2007.

Vitória, ES, 07 de Março de 2012,


VALMIR BORGES DA ROCHA
Chefe da Seção de Recursos Humanos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

ANEXO III

III - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

No exercício de 2011, os valores foram detalhados no Sistema do Cartão de Pagamento – SCP, não houve registro de saque com Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF e sua utilização ocorreu com base nas disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008

CPF SUPRIDO	VALORES GASTOS COM CARTÃO			APLICAÇÃO
	2009	2010	2011	
031.915.047-02	1.828,53	1.344,17	2.307,56	Sede da 12ª SRPRF/ES - Vitória
007.759.517,30	940,09	88,70	1.228,00	1ª Del/12ª SRPRF/ES - Viana
925.071.077-15	1.371,55	675,82	0,00	2ª Del/12ª SRPRF/ES - Serra
897.552.277-68	458,96	779,36	376,00	3ª Del/12ª SRPRF/ES - Guarapari
985.624.527-34	3.613,92	402,20	1.744,82	4ª Del/12ª SRPRF/ES - Linhares
TOTAL	8.213,05	3.290,25	5.656,38	12ª SRPRF/ES

Fonte: SIAFI/2011 – www.portaldatransparencia.gov.br



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
12ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – ESPIRITO SANTO

ANEXOS IV

IV - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
12ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/ES		200126	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;</p> <p>b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	17 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC n.º	DF 9.261/O-7


José Carlos Gomes
CGENT/DPROG/SEM/J
Coordenador